

CNPq, pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa e pelo *Editai Alvaro Alberto*, em projeto que estuda as novas ameaças à segurança do Brasil, assim como à CAPES, através dos *Editais Pró-Estratégia e Pró-Defesa*, bem como pela Cátedra de Relações Internacionais na Universidade de Oxford em 2014, em que coletamos vasto material sobre a OTAN. Além das pesquisas já mencionadas, atualmente integramos o corpo docente do Doutorado em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME/RJ).

Por fim, os pós-graduandos e Bolsistas de Iniciação Científica do NERINT colaboraram, direta ou indiretamente, em partes da pesquisa. Devo citar, especialmente, Willian Roberto (mestrando do PPGSTD/SP), Marcelo Kanter (Mestre pelo PPGEEI/UFRGS) e Gabriel Adam (Professor da ESPM e Unisinos), mencionados nos itens em que colaboraram.



## 1. A GEOPOLÍTICA E SEU "RESSURGIMENTO": Os anos 1990

O fim da Guerra Fria, a dissolução do bloco socialista, a desintegração da URSS e o desaparecimento do comunismo de tipo soviético aceleraram a globalização, encobrendo, inicialmente, a transformação da geopolítica. Aliás, essa área de conhecimento caiu em desuso, apesar da eclosão de conflitos violentos como a Guerra do Golfo anti-iraquiana, a Guerra Civil iugoslava, os diversos conflitos no antigo espaço soviético e a Grande Guerra que devastou vastas áreas da África. E também foram desprezados os efeitos geopolíticos da abertura do grande espaço eurasiático e do acelerado crescimento da Ásia, particularmente da China,

### 1.1. O FIM DA URSS E A DESORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL

O fim da Guerra Fria e a implosão da União Soviética, em lugar de paz, abriram espaço para a eclosão de novos tipos de conflitos, que se generalizaram. Além dos confrontos armados que ocorreram dentro da ex-URSS e da escalada das guerras no Oriente Médio, neste capítulo são enfocadas duas novas modalidades de conflitos sangrentos: a Guerra Civil da ex-Iugoslávia, em plena Europa, e uma série de confrontos associados, que ficaram conhecidos como a Grande Guerra Africana, que deixou um saldo de milhões de mortos.

Nos anos 1970, quando o capitalismo iniciava uma transformação profunda, a União Soviética atingia seu apogeu militar mundial, mas estagnava política e economicamente. Apoiava guerras na América Central, África Austral e do nordeste, Afeganistão e Indochina, além de manter presença naval em todos os oceanos e no espaço cósmico. Com a transformação do sistema de produção fordista, que embasou tanto a hegemonia norte-americana como a formação econômica soviética, a URSS foi ficando para trás. O capitalismo iniciou a transição a uma nova economia, com a revolução tecnológica e a globalização, o que fez com que os EUA, embora em declínio relativo, continuassem a liderar um sistema que se renovava, enquanto a URSS foi incapaz de se reformar. A abertura de Gorbachov ao capitalismo mundial deixou a formação social soviética totalmente vulnerável a uma dinâmica que, para ela, era incontrollável, pois o socialismo real foi um antissistema, mas não logrou estabelecer um sistema internacional alternativo ao capitalismo. O leste europeu desabou em 1989, com a convivência de Moscou.

As desastradas reformas de Gorbachov eram erráticas e improvisadas, ao contrário das reformas chinesas, e empoderaram os elementos antissocialistas. Finalmente, a perspectiva oportunista e suicida do líder soviético de implodir o partido e montar uma base de poder no Estado foi o elemento catalisador da paralisia e da desintegração do sistema como um todo. Daí a velocidade e a forma insólita como entrou em colapso, sem haver sido derrotada em uma guerra, e o clima de desmoralização que se seguiu. Em dezembro de 1991, a URSS se desintegrou, dando lugar a 15 novas e frágeis nações. A Federação Rússia era a potência sucessora, mas qualitativamente inferior à União Soviética.

O encerramento da Guerra Fria marcou o fim de uma época, na medida em que ela era tanto um conflito como um sistema. A falta de uma ameaça antagônica externa pôs fim a um elemento de coesão do sistema como um todo e, particularmente, da hegemonia americana. Segundo Fred Halliday,

não são apenas os sistemas e os conflitos pós-1945 que parecem estar em questão. Os eventos de 1989 colocaram em questão não apenas Yalta e Potsdam, mas também o que fora estabelecido em uma conferência anterior, a de Versalhes. Mais do que qualquer coisa, a explosão na Europa nos leva de volta ao período da Primeira Guerra e, em alguns aspectos, a épocas anteriores<sup>1</sup>.

A tese do “fim da História”, formulada por Francis Fukuyama e implícita na Nova Ordem Mundial de George Bush (pai), surgida com a queda do Muro de Berlim, sinalizava rumo a um mundo capitalista único e estável, caracterizado pela paz, pela democracia e pela prosperidade, com a globalização servindo de panaceia universal. Contudo, junto com a Guerra Fria encerrou-se a *Pax Americana*, abrindo-se um novo período de caos sistêmico e de transição, marcado pela luta por um novo paradigma e liderança internacionais. Nesse contexto, é importante notar que os EUA, apesar de proclamarem o advento de “um novo século americano”, são hoje um país em declínio relativo. A globalização gerou a regionalização, com a formação de blocos político-econômicos competidores: a Europa busca autonomia e a China (com a Ásia Oriental) apresenta um avanço notável enquanto, mesmo na periferia, surgem (ou ressurgem), polos de poder como Índia, Brasil e Rússia. A tendência é, portanto, de surgimento de um sistema multipolar.

Os Estados Unidos, que 15 anos antes haviam sido derrotados no Vietnã, agora emergiam como vencedores da Guerra Fria. Todavia, falta-lhes um rival equivalente e de mesmo peso, o que gera desequilíbrios político-militares, mas também econômicos e sociotário-culturais. A Guerra Fria era parte de um mundo moderno, e Washington tem dificuldade em navegar nas águas violentas e imprevisíveis da pós-modernidade, pois o século do socialismo foi, igualmente, o século americano. Agora existe um tempo fluído, que torna a força (declinante) da América um poder desfocado em re-

<sup>1</sup> HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999, p. 274. O trecho citado foi redigido em 1990.

lação à nova realidade e suas ameaças. Segundo Emmanuel Todd comentou na véspera da guerra do Iraque,

Não haverá império americano. O mundo é demasiado vasto, diverso e dinâmico para aceitar a predominância de uma única potência. O exame das forças demográficas e culturais, industriais e monetárias, ideológicas e militares que transformam o planeta não confirma a atual visão banal de uma América invulnerável. Um quadro realista [mostra] uma grande nação cuja potência foi incontestável, mas que o declínio relativo parece irreversível. Os Estados Unidos eram indispensáveis ao equilíbrio do mundo; eles não podem hoje manter seu nível de vida sem os subsídios do mundo. A América, pelo seu ativismo militar de teatro, dirigido contra Estados insignificantes, tenta mascarar seu refluxo. A luta contra o terrorismo, o Iraque e o “eixo do mal” não são mais do que pretextos. Porque ela não tem mais a força para controlar os atores que são a Europa e a Rússia, o Japão e a China, a América perderá esta última partida pelo domínio do mundo. Ela se tornará uma grande potência entre outras<sup>2</sup>.

Assim, o fim da Guerra Fria dissolveu os elementos aglutinadores que eram a base da hegemonia americana e dos mecanismos de controle sobre os seus aliados, que hoje buscam seus próprios caminhos, no quadro de uma competição renovada e de ação de tendências centrífugas. Novas forças históricas estão operando e surge espaço para a afirmação de novos protagonistas na política mundial. Mas eles ainda não têm condições de substituir os EUA, que, sem adversários à altura, seguem dando as cartas. Isso se deve mais à imaturidade dos demais do que à força da América. Quanto à Rússia, que sucedeu a URSS, viveu momentos traumáticos de desintegração e retrocesso, mas começou a se rearticular uma década após o fim do seu comunismo.

<sup>2</sup> TODD, Emmanuel. *Depois do Império*. Ensaio sobre o declínio americano. Rio de Janeiro: Record, 2003.

## As sucessivas formas da geopolítica

Na passagem do século XIX ao XX, desenvolveram-se teorias específicas para a compreensão da política internacional das grandes potências. A *Geopolítica*, teoria considerada ciência por muitos estrategistas, foi formulada especialmente a partir da publicação do livro *Politische Geographie* pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel em 1897. Segundo este estudioso, a posição e as características geográficas de um país determinavam sua política externa. Particularmente importante foi o conceito de espaço (*Raum*), segundo o qual este elemento seria indispensável para o desenvolvimento de uma grande potência. Como vimos, este conceito era perfeitamente adequado para a Alemanha desenvolver uma política que superasse os fatores que entravavam sua ascensão à posição de primeira potência mundial. Historicamente, a geopolítica alemã considerou o leste europeu e os Balcãs como sua área natural de expansão contígua, visando formar sua *Mittleuropa*.

O inglês Mackinder, em 1904, partindo dos estudos de Ratzel, elaborou o que viria a ser a base da geopolítica inglesa e, depois, norte-americana. Segundo ele, o planeta estaria dividido em duas zonas antagônicas: o centro da massa continental eurásiana (ou *Heartland*), e a ilha mundial, ou zona oceânica, controlada por uma potência marítima (naquele momento a Grã-Bretanha, depois os EUA). Segundo Mackinder, se uma potência controlasse a totalidade do *Heartland*, poderia ameaçar a ilha mundial. Já o Almirante norte-americano Mahan, em 1900, desenvolveu uma teoria segundo a qual a hegemonia de uma potência marítima perduraria enquanto ela controlasse uma série de pontos de apoio ao longo das costas da Eurásia.

A formação da União Soviética alterou a forma, mas não a essência da geopolítica, pois a URSS passou a constituir o *heartland* eurasiático, especialmente após o triunfo da Revolução Chinesa. Apenas o componente econômico deixou de ser importante. O fim da Guerra Fria (que era tanto um conflito como um sistema), momen-

taneamente, pareceu encerrar a dimensão geopolítica. Mas o início do século XXI fizeram com que ela ressurgisse com força e novas dimensões espaciais, recuperando sua componente econômica.

O fim da URSS representou uma vitória americana? A América estava desgastada e ocorreu o ressurgimento da Eurásia com três componentes: a União Europeia, a recuperada Rússia de Putin e a China em acelerado desenvolvimento econômico. E, fundida em um só cenário, a nova geopolítica se expandia para o Sul em desenvolvimento, gerando uma realidade em que o equilíbrio entre potências marítimas e terrestres começa a ser alterado. O envelhecimento da população no Norte e sua rápida urbanização no Sul, a aceleração da Revolução Científico-Tecnológica, bem como da globalização neoliberal, gera uma nova concorrência econômica, como no início do século XX. Ela gera tensões e conflitos, com novos atores em cena, especialmente privados, embora o Estado-nação siga sendo seu vetor principal.

## 1.2. IUGOSLÁVIA: UMA GUERRA CIVIL EM PLENA EUROPA

Uma das consequências mais imediatas do fim da Guerra Fria foi o sangrento e devastador conflito iugoslavo. A Iugoslávia era o mais liberal, independente e “ocidentalizado” dos países socialistas europeus, vizinho da Itália e da Áustria. Suas montanhas alpinas e praias do Mar Adriático eram frequentadas por multidões de turistas de democracias capitalistas, com as quais mantinha excelentes relações, pois era um Estado Neutro, como a Suíça, a Áustria, a Suécia e a Finlândia. Mas, após a queda do Muro de Berlim, eclodiu uma crise política, na qual houve ingerência de nações Ocidentais, fazendo o país mergulhar numa sangrenta Guerra Civil em plena Europa. Ela durou quase uma década e fragmentou completamente a nação, representando um mau presságio para o futuro. Como isso foi possível?

## Os separatismos, a guerra civil e a Terceira Iugoslávia

Num clima de virtual decomposição do governo central, devido ao boicote dos representantes croata, esloveno e bósnio no governo colegiado, que bloqueava o processo decisório, a implosão da federação era iminente. Nesse contexto de paralisia institucional, os presidentes da Eslovênia e da Croácia, o ex-comunista Kucan e o conservador Tudjman, respectivamente, aproveitaram para proclamar a independência em setembro de 1991. A ingerência de alguns países europeus estimulando as independências, especialmente a Alemanha, num problema interno de um país soberano, constituía uma violação do Direito Internacional.

Por outro lado, a utilização da identidade étnica (e às vezes religiosa) como fundamento legitimador da formação dos novos Estados, gerava um problema adicional, com os integrantes das minorias sérvias se transformando em cidadãos de segunda classe num país estrangeiro, especialmente na Croácia. As milícias eslovenas cercaram os quartéis do exército federal, que reagiu por conta própria, uma vez que o governo central não enviou ordens. Após poucos dias de escaramuças, o exército se retirou desta pequena república, que não era habitada por minorias sérvias.

Já, na Croácia, a situação foi mais complicada, pois um quarto da população era sérvia, e o governo local ultraconservador, evocava como ancestrais até os fascistas croatas, os Ustashi, responsáveis pelo genocídio de sérvios, ciganos e judeus. Além disso, o apoio explícito da Alemanha, tentando convencer a UE a reconhecer a independência, trazia à memória dos sérvios os traumas da II Guerra Mundial. Com o apoio do exército federal, as milícias sérvias lograram controlar as regiões rurais pobres onde sua etnia era majoritária. Face à debilidade militar dos croatas, a ONU enviou uma força de paz para separar as duas comunidades e impedir o avanço sérvio.

A liderança muçulmana da Bósnia-Herzegovina também proclamou a independência e convocou um plebiscito em 1992, que foi

boicotado pelos sérvios (40% da população). Imediatamente desencadeou-se uma violenta guerra civil, opondo as três comunidades (os croatas eram 20%). Os bósnios logo ficaram cercados nas cidades, pois se tratava de uma população urbana de classe média, que se convertera ao islã durante a ocupação turca. A violência do conflito deveu-se, principalmente, ao engajamento dos civis, que se encontravam adestrados para a guerra e possuíam arsenais do exército em cada aldeia, devido à estratégia militar iugoslava.

No passado ela esperava por uma invasão da OTAN ou do Pacto de Varsóvia e preparou uma defesa baseada na resistência popular. Agora o país usava esses recursos para uma luta de casa em casa, contra os próprios vizinhos. Os sérvios, com auxílio do exército, controlaram dois terços do território porque, sendo, sobretudo, uma população rural, este era o espaço por eles habitado. Os croatas e bósnios (que também lutavam entre si) eram auxiliados pelas potências Ocidentais (especialmente a Alemanha) e os últimos, também por países islâmicos, como a Turquia, e inclusive voluntários fundamentalistas iranianos.

A grande mídia internacional construiu mitos. O primeiro deles é a demonização dos sérvios, que teriam inventado a chamada “limpeza étnica”, visando criar uma Grande Sérvia. Todas as etnias expulsaram populações e realizaram massacres ao longo da guerra. Em segundo lugar, a questão da retificação de fronteiras para acomodar os sérvios dentro de um mesmo país, configura-se como resposta ao separatismo étnico das demais repúblicas. Além de exagerados no discurso político como forma de mobilização, os croatas e albaneses do Kosovo também proclamaram a mesma política, e os bósnios tentaram controlar uma república inteira, onde representavam apenas uma minoria. O segundo mito é o que o politólogo Mette Skak denominou de “teoria da bela adormecida”, que define o conflito como um confronto étnico, o qual teria sido reprimido pelos comunistas e, com o enfraquecimento destes, teria despertado.

Os grandes povos da Iugoslávia pertencem ao mesmo grupo étnico, e suas diferenças são mínimas. Os bósnios, por exemplo, são servo-croatas convertidos ao islã, enquanto as línguas dos dois últimos são apenas variações do mesmo idioma, grafadas diferentemente (alfabeto cirílico e latino, respectivamente). Por outro lado, esta teoria do nacionalismo atávico serve para ocultar a responsabilidade de líderes e partidos regionais e nacionais, bem como de potências estrangeiras, que estimularam e manipularam os micronacionalismos com fins políticos.

Com a desagregação do país, em 1992, a Macedônia também se independizou, após negociar com Belgrado. Em abril do mesmo ano, as repúblicas da Sérvia e do Montenegro criavam, por plebiscito, uma nova Iugoslávia em miniatura (a Terceira Iugoslávia). O que demonstra os interesses externos em jogo é que a comunidade internacional, em particular membros da UE (por pressão alemã), de imediato reconheceu e socorreu as repúblicas separatistas, enquanto a Iugoslávia remanescente não, sofrendo inclusive isolamento diplomático e embargo econômico e militar. Também era estigmatizada pela imprensa internacional, referida apenas como Sérvia, uma forma de negar a permanência do ideal federativo e multiétnico que, bem ou mal, sobrevivia no país agora liderado por Milosevic. E ele passou a ser chamado de ditador, apesar de vigorar no país o multipartidarismo e as eleições regulares.

Os combates na Bósnia prosseguiram, especialmente nas cidades divididas ou nos corredores estratégicos que ligavam regiões isoladas. Sintomaticamente, a comunidade internacional não tomou nenhuma atitude além de inundar a Europa com imagens sangrentas, com o intuito de convencer os europeus da necessidade de manter, e mesmo ampliar a OTAN, cuja manutenção era questionada desde o fim da Guerra Fria e da dissolução do Pacto de Varsóvia. Em 1995, com o exército croata já preparado para operações ofensivas, a ONU retirou suas forças de paz dos enclaves sérvios, que foram facilmente conquistados.

A população sérvia foi, então, inteiramente expulsa pelos croatas e suas casas queimadas, na maior operação de “limpeza étnica” até então realizada. Enquanto isso, sob o pretexto da conquista e “limpeza” de dois enclaves bósnios pelos sérvios (Zepa e Srebrenica), os croatas e os bósnios (agora aliados e militarmente reforçados) passaram à ofensiva na Bósnia, com apoio aéreo da OTAN. Abandonados pelo governo iugoslavo, os sérvios sofreram uma derrota completa, enquanto quase um milhão deles convertiam-se em refugiados.

### **Kosovo: a OTAN e o fim da Iugoslávia**

Milosevic, esgotado pelo embargo econômico, fora obrigado a aceitar os Acordos de Dayton, que transformaram a Bósnia-Herzegovina em uma confederação, que reunia uma república sérvia (49% do território) e uma federação bósnio-croata. O país foi ocupado por forças de paz da ONU, que incluíam os principais países da OTAN. Contudo, o embargo econômico não foi totalmente levantado contra a Iugoslávia, sob o pretexto dos desmandos políticos de Milosevic em relação à oposição.

Da mesma forma, embora os massacres (inclusive de civis) tenham sido praticados por todos os protagonistas, as grandes lideranças sérvias foram indiciadas por crimes de guerra pelo Tribunal Internacional de Haia, enquanto apenas croatas e bósnios de menor hierarquia militar eram inculcados. Nenhuma providência foi tomada para repatriar os sérvios expulsos de toda Croácia e de partes da Bósnia, nem o presidente croata Tudjman foi acusado de “limpeza étnica”.

A partir desse momento, as potências da OTAN passaram a explorar dois focos potenciais de conflito no que restava da Iugoslávia, o problema dos albaneses da província de Kosovo e a oposição política interna, inclusive a liderança de Montenegro. Com relação à última questão, Milosevic demonstrou enorme capacidade e flexibilidade política, logrando conter os protestos organizados pela classe

média e por ultranacionalistas sérvios através de compromissos e do estabelecimento de um governo de coalizão. Em Montenegro, apesar das ligações dos líderes locais com o Ocidente, estes não quiseram arriscar-se a uma guerra civil, devido à presença militar iugoslava nesta república (último acesso ao mar) e da turbulência vigente na vizinha Albânia. Assim, a OTAN procurou outros meios, apegando-se a qualquer pretexto. Paralelamente, procurava reorganizar e fortalecer a guerrilha albanesa no Kosovo, que as forças iugoslavas haviam neutralizado facilmente.

Com apoio do presidente direitista da Albânia, Berisha, foi promovida a fusão de pequenos grupos guerrilheiros antigos com grupos ligados ao contrabando e ao narcotráfico, dando origem ao Exército de Libertação do Kosovo (ELK) em 1996. Além de apoio das potências da OTAN, o ELK era financiado por algumas comunidades albanesas da UE e nos EUA e, especialmente, pela máfia albano-kosovar, que transporta e distribui heroína produzida na Turquia e consumida na Europa. A derrubada de Berisha por uma rebelião popular em 1997, devido à falência das pirâmides de investimento, seguida de um caos generalizado, permitiu a alguns países da OTAN enviar tropas ao país.

Então, intensificaram-se os ataques da guerrilha no interior do Kosovo contra os sérvios e contra os seguidores do líder moderado dos kosovares, Rugova, que desejava barganhar autonomia com Belgrado. A reação das forças iugoslavas produziu vítimas que alimentariam a propaganda Ocidental<sup>3</sup> e desacreditaria os kosovares moderados, majoritários. Com a escalada do conflito, a OTAN exerceu forte pressão para conversações de paz, que se realizaram em Rambouillet, na França, onde impuseram condições inaceitáveis aos iugoslavos. Este impasse destinava-se a precipitar um conflito longamente preparado, e o momento escolhido destinava-se a salvar o ELK, que se encontrava em vias de ser eliminado militarmente, bem

<sup>3</sup> Geralmente os ataques aos civis foram cometidos por milícias dos partidos ultranacionalistas, que antes foram apoiados pelos EUA contra Milosevic, e depois da guerra voltaram a ser.

como a instrumentalizar a discussão sobre as mudanças na estrutura da OTAN. Estas teriam lugar durante o cinquentenário da Organização.

Com a interrupção das negociações, a OTAN lançou uma massiva ofensiva aérea contra toda a Iugoslávia em 24 de março de 1999, sem consultar o Conselho de Segurança da ONU. Os bombardeios aéreos e de mísseis visaram inicialmente a alvos militares e, depois, à infraestrutura civil. Surpreendidos pela capacidade de resistência dos iugoslavos, que não se amedrontaram, passaram a atacar fábricas e, finalmente, as zonas residenciais, como forma de aterrorizar a população. Para a OTAN, quando os bombardeios se mostraram infrutíferos, devido à unidade nacional que se criou na Iugoslávia, as inesperadas manifestações contra a guerra na Europa e a eficácia do exército federal em conter os ataques da guerrilha no Kosovo, a estratégia radicalizou-se. Contudo, as fissuras na aliança logo se fizeram sentir, com a recusa de vários membros de promover uma invasão terrestre.

No início de junho, após três meses de bombardeios ininterruptos, Milosevic aceitou um acordo pelo qual retirava as tropas da província, que continuaria sendo parte integrante da Iugoslávia, e permitia a entrada da OTAN e da Rússia. Os refugiados deveriam retornar, e o ELK seria *desmilitarizado* (Washington recusou o termo *desarmado*). A Iugoslávia teve sua infraestrutura destruída, e Milosevic aceitou a realização de eleições diretas para presidente. Nela, o opositor Kostunica, apoiado pelo Ocidente, obteve 48%, contra 40% de Milosevic, o que implicava a realização de um segundo turno. Condicionando a ajuda econômica à saída imediata do presidente, o Ocidente apoiou uma “Revolução Colorida” (*Bulldozer*) de Mudança de Regime, que tomou as ruas de Belgrado.

Foi feito um acordo em que Kostunica assumia a presidência, com um primeiro-ministro membro do Partido Socialista de Milosevic, Zizic. Mas, em janeiro de 2001, Milosevic foi preso e, com a liberação da ajuda Ocidental condicionada à sua entrega ao Tribunal

Penal Internacional de Haia (TPI), foi retirado clandestina e ilegalmente do país, de madrugada, em junho de 2001, e levado para uma cela isolada na Holanda.

Milosevic, no TPI, não demonstrou medo, culpa ou arrependimento. Firme, e astuto, usou seu tempo de defesa para atacar os adversários e negar a legitimidade do TPI, denunciando uma condenação anterior ao julgamento. Também questionou a validade de um Tribunal supranacional, que violava o direito interno de cada país, sem respeitá-lo, sobretudo quanto aos Estados fracos como a Iugoslávia. Por fim, explorou o fato de, tecnicamente, haver sido sequestrado ilegalmente da Iugoslávia, contra a vontade do governo e das leis locais, com base na aquiescência de uma autoridade hierarquicamente inferior e na ameaça de cancelamento da ajuda financeira para a reconstrução do país.

Mais importante, contudo, foi o fato de ser julgado em território da OTAN, por juízes majoritariamente de países-membro da organização. Logo, o julgamento foi envolvido em silêncio e a saúde de Milosevic foi se deteriorando. Ele pediu para ser tratado em Moscou ou por médicos russos, o que lhe foi negado. Foi encontrado morto em sua cela em março de 2006, num caso suspeito e nunca investigado. Ele estava longe de poder ser condenado, dado à fragilidade dos argumentos da acusação. 50 mil pessoas assistiram a seu enterro em sua aldeia natal, tendo-o como um herói nacional que não se curvou à OTAN e defendeu uma Iugoslávia federal e socialista até o fim.

Em março de 2002, por pressão da UE como condição para a adesão, o país teve de abandonar o nome Iugoslávia e aceitar o de República da Sérvia e Montenegro. A pressão para a divisão do país continuou forte, com a independência de Montenegro, que acabou ocorrendo por plebiscito, por escassa maioria, em 2006. A partir de então, a pressão Ocidental foi direcionada à independência do Kosovo, apesar de o ex-líder do ELK e primeiro-ministro Hashim Thaci ser acusado por organizações de direitos humanos europeias não apenas por ser chefe de organizações criminosas, mas por matar

prisioneiros sérvios (ocultados em fazendas no interior) e vender os órgãos via Albânia. Em 2010, a campanha se tornou mais intensa e, em 2012, a independência foi anunciada (mas não reconhecida). O mapa dos Bálcãs voltou a ser, como séculos antes, um agregado de pequenos “principados” satelizados por potências europeias, por acaso as mesmas dominadoras da região nas guerras mundiais.

### 1.3. A GRANDE GUERRA INTER-AFRICANA

Na África, o fim da Guerra Fria também implicou diversas Guerras Civis violentas e uma guerra no centro do continente que envolveu diversos países e transformou a geopolítica africana. Os fundamentos dos conflitos se encontram na situação que emergiu com o término da Guerra Fria e a perda de importância estratégica da região. Ditadores antes cortejados e apoiados agora eram instados a adotar a democracia liberal e uma economia de mercado, por meio dos planos de ajuste do FMI.

Sem apoio externo, os regimes ditatoriais entraram em colapso e a democracia adotada não tinha meios para se sustentar. Segundo Elizabeth Schmidt,

Os nascentes movimentos pró-democracia foram atropelados por senhores da guerra, gangues criminais e grupos paramilitares sem ideologia política ou programa [que] se moviam no vácuo de poder. Com a fragmentação dos Estados e da economia, oportunistas mobilizavam os alienados, empobrecidos e desempregados para reclamar sua parcela de poder e de recursos com base na sua raça, etnia, clã ou religião. (SCHMIDT, 2013:193)

A redução da ajuda externa, as privatizações e a redução do setor público e do exército reduziu a base de apoio aos governos e aumentou os grupos marginalizados. Assim, com a abundância de armas em mãos agora privadas, formaram-se milícias dedicadas ao contrabando, à exploração clandestina de riquezas (como os diamantes) ou à simples criminalidade. Acertos de conta com relação

ao passado também eclodiram. E interesses estrangeiros, regionais e mundiais imiscuíram-se nos assuntos nacionais. Esses conflitos atingiram, primeiramente, os pequenos e frágeis Estados do Golfo da Guiné, como Guiné Bissau, Serra Leoa e Libéria, com uma onda de violência sem precedentes. E na mesma região a Costa do Marfim viveu confrontos políticos de maior amplitude, embora dentro de limites tradicionais de violência. Ao contrário dos três pequenos, todavia, a Costa do Marfim é de interesse geopolítico para a França e teve um tratamento diferenciado, com intervenção internacional.

A África do Sul também sofreu uma onda de violência interna durante o período de transição, de 1990 a 1994, com milhares de mortos em conflitos internos, até a eleição de Nelson Mandela e culminou com sua eleição à presidência do país em 1994. Este caminho foi difícil, com inúmeros conflitos internos, como a mobilização do grupo Zulu Inkhata (aliado ao regime racista) contra os militantes do Congresso Nacional Africano e do Partido Comunista, com a finalidade de desestabilizar o processo e intimidar seus militantes. Além do assassinato de diversos dirigentes da oposição, milhares de pessoas foram mortas nos subúrbios negros. Havia uma guerra civil entre os militantes do CNA e do Partido Comunista, de um lado, e de grupos brancos de extrema-direita e militantes zulus de outro.

Complicadas negociações antecederam a realização de eleições, envolvendo a garantia da prosperidade da elite branca, a reintegração dos territórios dos bantustões e a redivisão das províncias sul-africanas. Geralmente o processo de transição política sul-africano é mostrado como uma negociação pacífica, mas houve uma violenta guerra civil nos distritos negros, que acabou com um acordo. Evidentemente, como os brancos eram minoria e não poderiam simplesmente aceitar o princípio de *um homem, um voto*, a polícia e o governo não estiveram de braços cruzados nessa guerra civil, que visava obter concessões do movimento *antiapartheid*.

Foi pactuado que o parlamento elegeria o presidente e que, para mudar a constituição, seriam necessários três quartos dos votos par-



lamentares. Assim, a grande disputa foi a de impedir que o CNA (que governa em coalizão com o Partido Comunista da África do Sul) atinja o patamar de 67%, como forma de manter os privilégios negociados de “direito das minorias” (leia-se, o privilégio socioeconômico da elite branca). A política econômica liberal encontra-se, igualmente, blindada e arduamente defendida pela federação empresarial e pelos organismos financeiros internacionais.

Em Angola, todavia, as dificuldades foram maiores. Embora a retirada dos cubanos em 1989 tenha sido seguida pela independência da Namíbia, o que garantiu o desengajamento (ao menos formal) da África do Sul, o *lobby* pró-Savimbi era forte nos EUA, na Europa e em várias capitais africanas. Embora ele tenha firmado uma trégua perante vinte líderes estrangeiros, logo os combates foram reiniciados, mas um ano depois ele reconheceu o governo de José Eduardo dos Santos. Em 1991, o governo introduziu um sistema multipartidário e liberalizou a economia, fazendo uma inflexão em direção aos EUA. Em maio foi firmado o Acordo de Paz em Estoril, Portugal, sendo incorporada a guerrilha nas forças armadas nacionais, as quais foram reduzidas.

Na sequência, foram realizadas eleições em 1992, com a vitória dos Santos, a qual não foi reconhecida por Savimbi. No mesmo dia, as forças guerrilheiras da Unita, que se mantiveram clandestinas e conservaram suas armas, reiniciaram a guerra civil em Luanda e no interior. O governo havia desmobilizado seus melhores soldados e quase foi vencido, não fosse a resistência de milícias populares. Savimbi controlou grande parte do interior, onde se encontravam as jazidas de diamantes, enquanto o governo se financiava com os poços de petróleo no litoral. Vários acordos foram tentados, mas a luta continuava, com Savimbi ocupando mais da metade do país. Todavia, alguns setores da Unita viriam a aceitar uma anistia do governo e se transformaram em partido, sendo cooptados para alguns cargos governamentais.

Com a ascensão de Nelson Mandela em 1994 e a queda de Mubutu em 1997, o grupo de Jonas Savimbi começou a perder força, mas a rendição somente ocorreu com sua morte em combate em fevereiro de 2002. Encerrava-se, dessa forma, uma das mais longas guerras civis da história contemporânea (1961-2002), mas havia, assim como em Moçambique, milhões de refugiados e de minas terrestres dispersas e não detonadas, e milhares de mutilados, além de a infraestrutura estar destruída. Somente a chegada dos investimentos chineses teria um impacto decisivo para a economia angolana.

### O conflito e o genocídio da região dos Lagos

Outro processo dramático, mas que representa uma renovação e desentrelaçamento da política africana, foi a guerra civil de mútuo extermínio em Ruanda e Burundi. Este conflito foi mostrado pela mídia como uma decorrência do “tribalismo tradicional”, mas, na realidade, resultou da deformação e reapropriação moderna de determinadas fraturas sociais da região. Os agricultores hutus formam quase 84% da população, enquanto os pastores tutsi, que chegaram mais tarde à região e constituíram uma aristocracia feudal, representam 14%.

Durante a ocupação alemã e belga nessas duas colônias, os tutsis foram cooptados como elite no poder. Após a independência, o regime neocolonial de Ruanda passou a ser dominado pelos hutus, e aliou-se incondicionalmente à França e ao Zaire. A hegemonia hutu, marcada por forte corrupção e exclusão estrutural dos adversários, começou a ser questionada no início da década. Refugiados tutsi, exilados há anos em Uganda, organizaram um pequeno exército (a Frente Patriótica Ruandesa - FPR), que penetrou no norte de Ruanda em outubro de 1990, sendo expulsos um mês depois pelo exército. Sentindo-se desgastado e ameaçado internamente, o governo massacrava tutsis em 1991 e 1992, como meio de fomentar uma divisão étnica, com vistas a permanecer no poder.

Apesar da assinatura dos Acordos de Arusha entre o governo e a oposição, a guerra civil foi reiniciada, com os rebeldes consolidando seu controle no norte e massacrando populações hutus. Frente ao impasse reinante no campo de batalha, no verão de 1993 foi estabelecido um governo de coalizão. Mas a paz estabelecida era frágil, e bastou que um hutu vencesse as eleições na vizinha Burundi, para levar os tutsis deste país a reagir. Em Ruanda, então, os extremistas hutus, ligados ao ex-presidente, aproveitaram-se da situação para atacar os tutsis e os hutus moderados.

A crise agravou-se com a morte dos presidentes dos dois países, quando foi derrubado sobre Ruanda o avião que os transportava para uma reunião, destinada a resolver a crise. A partir daí a guerra civil acirrou-se, e a FPR conquistou Kigali, a capital de Ruanda. Em 1994, teve início então um gigantesco massacre de tutsis e hutus moderados, que fez entre 500 e 800 mil mortos, e produziu um êxodo de 4 milhões de refugiados (numa população de 7,8 milhões), a maioria em direção aos países vizinhos, principalmente o fragilizado Zaire, que, junto com a França, era aliado do antigo governo. Os Estados Unidos imediatamente reconheceram o novo governo da FPR, que era também aliado de Uganda e Tanzânia.

### **A queda de Mobutu e a guerra civil do Zaire/República Democrática do Congo**

O problema dos refugiados gerou tensões no Zaire, país que já enfrentava graves problemas internos, depois de malogradas tentativas de democratização. Em 1996 formou-se na região dos lagos, no leste, a Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo-Zaire, uma milícia composta principalmente por tutsis do Zaire. A Aliança era liderada por Laurent Kabila, um negociante de ouro e marfim, associado a meios empresariais norte-americanos, que fora partidário de Lumumba no início dos anos 1960. Em menos de quatro meses, os rebeldes avançaram pelas províncias ricas

do país até a capital, Kinshasa, absorvidos por um vácuo e quase sem encontrar resistência.

Obviamente o Zaire de Mobutu era um gigante de pés de barro em desagregação, mas isto não era um fenômeno recente. Ele teria sobrevivido mais tempo, não fossem certos fatores externos. Os conflitos da região dos lagos instauraram uma nova política de alianças e correlação de forças na região, e as forças de Kabila puderam receber apoio material e político dos governos de Ruanda e Uganda e, quando atingiram o sul do Zaire, também de Angola (que aproveitou a oportunidade para vingar-se de Mobutu e enfraquecer a Unita). Forças regulares, unidades blindadas e aéreas destes países apoiaram diretamente os rebeldes nas operações militares.

Durante o avanço rebelde, enquanto parte da mídia destacava o passado “marxista-leninista” de Kabila, Mobutu esperava receber apoio externo francês e belga, como em outras ocasiões. Mas este apoio só chegou em escala simbólica e, sem a esperada intervenção dos antigos protetores, seu exército e regime entraram em colapso, com os rebeldes assumindo o poder em maio de 1997. Além disso, a atitude norte-americana foi radicalmente diferente de ocasiões anteriores, quando a ordem neocolonial estivera ameaçada, e a intervenção franco-belga fora sempre bem-vinda. Mais do que considerar a atitude de Washington parte de uma questão localizada, é preciso refletir sobre a grande estratégia da Casa Branca para a África, no quadro da competição com a União Europeia e do reordenamento mundial.

Durante a Guerra Fria, a África fora uma área de influência predominantemente europeia, com a França exercendo o papel de gendarme. Com a solução negociada dos conflitos regionais na passagem dos anos 1980 aos 1990, ironicamente os antigos Estados marxistas africanos, anteriormente aliados da URSS e inimigos da França, voltaram-se para os EUA, que abriram um espaço de influência direta no continente. Esta atitude revelava a profundidade das rivalidades regionais, entre os regimes marxistas e os pró-franceses.

Apesar do fracasso na Somália, Washington passou a exercer influência direta sobre a Etiópia, Eritreia, Uganda, Angola e Moçambique, além da presença prévia no Quênia. Como resultado do conflito *tutis versus hutus*, essa projeção estendeu-se a Ruanda, Burundi e ao leste do Zaire, em detrimento da influência francesa.

A reação da diplomacia neogaullista de Chirac às pressões americanas sobre a Europa e sua área de influência são, nesse sentido, sintomáticas. Embora no início da década os Estados Unidos não estivessem predispostos a criar uma zona de influência na África (exceto na África do Sul), parecem ter decidido cortar, posteriormente, a área de projeção europeia, como forma de exercer pressão adicional sobre o velho continente e abrir espaço para as companhias americanas. Nesse sentido, as medidas do novo governo da República Democrática do Congo (a nova denominação do Zaire) foram reveladoras – o inglês tornou-se também língua oficial e os contratos com as companhias mineradoras foram revistos, cancelando-se várias concessões a empresas europeias e transferindo-as a norte-americanas.

Seu governo, no entanto, não obteve o êxito esperado, e logo passou a ser criticado por organizações de direitos humanos e antigos aliados, como os Banyamulenge, que se julgavam negligenciados no processo de reconstrução do país. Kabila, por outro lado, considerava exagerada a influência externa no governo congolês, e argumentava que muitos estavam lá somente para espoliá-los. Assim, depois de agradecer pelo apoio oferecido anteriormente, destituiu todos os *tutis* do governo e expulsou as tropas ruandesas e ugandenses que ainda restavam neste território.

Os ruandeses não aceitaram a atitude de Kabila e instigaram a população de Banyamulenge a atacar o governo central, iniciando a Segunda Guerra do Congo. Nesse momento, Ruanda invadiu novamente o Congo, supostamente para proteger a etnia *tutsi* ali refugiada. Obviamente, o ataque também foi motivado por questões econômicas, uma vez que o solo da RDC (especialmente o leste) é

rico em recursos minerais, especialmente o Coltan, que é empregado em aparelhos celulares. Mais uma vez, Uganda esteve ao lado de Ruanda e também investiu contra o território congolês. Em um primeiro momento, as forças invasoras obtiveram um sucesso considerável, chegando a dominar um terço do território congolês.

Quando parecia que o governo de Laurent Kabila não resistiria, entretanto, os grupos rebeldes *hutus*, sobretudo a FDLR (Forces Démocratiques de Libération du Ruanda) em Kivu, passaram a ser apoiados pelo ex-guerrilheiro, que estava ciente das dificuldades de montar um exército convencional para lutar contra os inimigos. Ficou evidente, portanto, a grave deficiência institucional desses Estados, que se viam na contingência de ter de se apoiar em guerrilheiros, por não disporem de recursos suficientes para mobilizar um exército regular.

Kabila conseguiu apoio internacional para a luta contra os invasores, após o pedido formal de ajuda à SADC, pois foram enviados contingentes de Angola, Zimbábue – que acabaram participando mais ativamente –, mas também da Namíbia, do Tchad, da Líbia e do Sudão. Mesmo assim, a RCD (Rassemblement Congolais Pour La Démocratie), que era o mais importante grupo Banyamulenge, manteve o controle de uma região e dos combates, levando o sangrento conflito a um impasse. Em 1999, a despeito da intensidade do confronto, foi assinada pelo Congo, Namíbia, Zâmbia, Zimbábue, Uganda e Ruanda uma trégua em Lusaka, resultado de um esforço diplomático, mas que não contou com a presença da RCD. Um ano depois, a ONU autorizou uma missão de paz para supervisionar o cessar-fogo, nomeada MONUC.

O evento mais marcante, contudo, foi o assassinato de Laurent Kabila em 2001, que foi sucedido por seu filho, Joseph Kabila. O novo presidente possuía maior habilidade política que o pai, sabendo conseguir aliados, e o ímpeto dos grupos rebeldes arrefeceu, pois se acreditava que a paz seria possível. Além disso, fraturas internas no RCD e críticas dos Banyamulenge fizeram com que as forças con-

trárias ao governo de Kinshasa fossem fragilizadas. No ano de 2002, foi firmado o acordo de *Sun City*, quando ficaram estabelecidas as bases de um Estado congolês democrático e multipartidário.

Um dos pontos mais importantes foi a desmilitarização das In-terahamwe, o que foi do agrado da etnia tutsi. Poucos meses depois, em Luanda, outra resolução foi definida, e Uganda retirou-se do Congo. Isolada no conflito e já enfrentando desconfiança por parte dos Banyamulenge, Ruanda também desistiu da guerra, deixando de reivindicar a ajuda daqueles que estavam lutando ao seu lado. Nesse momento, teve um fim a Segunda Guerra do Congo, que é igualmente conhecida como a Guerra Mundial Africana, evento mais dramático desde o final da Segunda Guerra Mundial, com mais de cinco milhões de mortos. E os conflitos continuam no leste da RD do Congo, pois o método de pacificar via constituição de um governo de coalizão leva a um congelamento do poder. Os grupos que se fortalecem querem mais poder e retomam a luta, até novo acordo de paz, como demonstra Igor Castellano da Silva.

### Chifre da África no Pós-Guerra Fria

Em 1989, ocorreu no Sudão um golpe de Estado, perpetrado pelo general Omar al-Bashir, que adotou um discurso islamita e intensificou a campanha contra os rebeldes do sul do país, que duraria até 1994. O Exército Popular de Libertação do Sudão (EPLS) contava com apoio Ocidental e buscava apresentar a guerra civil como uma reação à islamização. Trata-se de um argumento tendencioso e simplificador, pois, por exemplo, ocorreu uma aliança entre o EPLS e a própria oposição muçulmana a Al-Bashir no norte, formando a Aliança Nacional Democrática, em 1995.

Na Somália, em 1991, grupos rebeldes apoiados pela Etiópia derrubam o governo de Siad Barre e, falhando em manter a unidade nacional, precipitam a guerra civil somali, com o país se dividindo em quatorze regiões de domínio de clãs, com alianças diversas.

Ainda em 1991, a região equivalente à antiga Somalilândia britânica se declarou independente do resto da Somália, não obtendo reconhecimento internacional, enquanto no resto do país o cenário se deteriora, com ausência de um governo central, violência generalizada e seca intensa, levando a uma possível catástrofe humanitária. Nesse contexto, o Conselho de Segurança da ONU rapidamente estabelece a UNOSOM (Operação das Nações Unidas na Somália), com o objetivo de auxiliar a distribuição de apoio humanitário e, fundamentalmente, restabelecer a ordem no país, estabilizando a sociedade civil.

Entretanto, conciliar as diferentes facções somalis provou-se difícil, com confrontos ocorrendo entre as forças da ONU e as facções regionais. Assim, no final de 1992, o Conselho de Segurança aceitou a oferta dos EUA de liderar uma força tarefa, a Força Tarefa Unificada (UNITAF), para criar um ambiente seguro para o fornecimento de ajuda humanitária, com forte presença de tropas internacionais e um esforço de reconciliação nacional, com um resultado considerado positivo, mas insuficiente. Os americanos sofreram baixas (perderam helicópteros *Black Hawk*) e foram humilhados pelos guerrilheiros, retirando-se do país.

Em março de 1993, foi estabelecida pelo Conselho de Segurança a UNOSOM II, que deveria dar continuidade à tarefa iniciada pela UNITAF, com a transição da UNITAF para UNOSOM II sendo concluída em maio. Apesar de atingir considerável sucesso na distribuição de ajuda humanitária, evitando milhares de mortes por fome, não houve sucesso similar no âmbito político e de segurança, com resistência das diversas facções contra as forças da ONU, difusão da violência e impasse na formação de um governo nacional. Diante de tais dificuldades, a UNOSOM II abandona o território da Somália em 1995.

Na Etiópia, em 1989, a aliança de diversos grupos rebeldes (da província do Tigre e da Eritreia, grupos de extrema-esquerda) dá origem à Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (FDRPE),

que avança para a capital e, em 1991, derruba o regime do DERG, e forma o Governo Transitório da Etiópia. Antes de tomar a capital os rebeldes necessitaram da aprovação norte-americana, e, para tanto, foram convertidos ao liberalismo político e econômico.

Devido à aliança entre algumas das facções que constituem a FDRPE e grupos independentistas da Eritreia, garante-se a independência desta, e, em 1993, realiza-se um referendo que reconhece a legitimidade dessa independência. Segue-se um processo de fortalecimento interno em ambos os países, com a Eritreia tentando ampliar sua infraestrutura, mantendo seu exército mobilizado e tornando-se crescentemente ditatorial, enquanto, na Etiópia, o FDRPE consolida sua liderança, com a realização de eleições legislativas em 1995, com ampla vitória do FDRPE. Em 1998, ambos Estados entram em guerra, teoricamente por litígios fronteiriços e se tornam inimigos.

No Sudão, em 2003, tem início o conflito em Darfur, com enfrentamentos entre o Movimento de Liberação do Sudão e o Movimento Justiça e Igualdade, este último um grupo de alinhamento islamita oposto ao governo de Khartum. O conflito em Darfur acabou por envolver também soldados do Chade. Ao lado da velha negligência do poder central em relação a uma região periférica, estão presentes fatores como os projetos de desenvolvimento agrícola (muitos de agências internacionais), que perturbaram a relação harmônica e simbiótica entre povos sedentários e de pastores (questão do direito de passagem dos rebanhos).

Também foram descobertas jazidas de urânio na região, mobilizando os interesses das grandes potências Ocidentais, que detestam a política autonomista de Bashir. Ao mesmo tempo em que a situação em Darfur se agravava, encaminhava-se uma solução para o conflito Norte-Sul, com a assinatura do Tratado de Naivasha, em 2005, pelo governo do Sudão e o Movimento Popular de Libertação do Sudão (ou Exército Popular de Libertação do Sudão), estabelecendo, entre outras coisas, a data de um referendo em relação à possibilidade de

independência do Sul (ocorrida em 2011). Ainda em 2005, foi estabelecida a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS), cujo propósito principal era apoiar a implementação do Tratado de Naivasha.

Em 2006, como resultado dos esforços da União Africana para uma solução do conflito de Darfur, o governo assinou o Acordo de Paz de Darfur (APD), mas somente uma facção de Darfur participou do processo de paz, gerando dúvidas sobre sua viabilidade. No mesmo ano, o Conselho de Segurança votou a expansão da UNMIS para a implementação e viabilização do processo de paz do APD. Contudo, Khartum se opôs a uma força de paz em Darfur composta exclusivamente por pessoal das Nações Unidas, resultando, após negociações e pressão internacional considerável, na formação da Operação Híbrida das Nações Unidas – União Africana em Darfur (UNAMID). Assim, a UNMIS continua apoiando a implementação do Tratado de Naivasha, enquanto a UNAMID busca criar um ambiente onde o processo de paz seja sustentável em Darfur e proteger a população civil.

O indiciamento do presidente Bashir pelo Tribunal Penal Internacional, responsabilizando-o pela ação das milícias *janjaweed* parece ter como objetivo promover mais uma “Revolução Colorida”, que o afastaria, deixando no poder o vice-presidente, que era um rebelde do sul. Caso o regime resista, a estratégia será, muito provavelmente, nova tentativa de dividir o irredutível Sudão quando se realizar o plebiscito no sul. Outro problema é que o Sudão já iniciou a exploração de suas grandes jazidas de petróleo, e como há um embargo internacional, praticamente apenas empresas asiáticas (sobretudo da China), participam da prospecção. A aliança China-Sudão, sem dúvida, representa um obstáculo para a diplomacia Ocidental na região. E, pior ainda, esse modelo começa a fazer escola por todo o continente africano.

Em 2011, o Sudão do Sul se tornou independente e a guerra do Darfur praticamente ficou congelada. Todavia, além de as tensões

continuarem entre o norte e o sul por divisão do petróleo e litígios fronteiriços, eclodiu uma guerra civil interna no Sudão do Sul, entre o governo de Salva Kiir e seus ex-aliados. O conflito que causou enormes danos à jovem nação ainda não foi resolvido e tem envolvido vizinhos.

Na Somália, após a retirada da UNOSOM II, seguiu-se um longo período de conflitos entre as diferentes facções, resultando na consolidação de algumas regiões no norte. Todavia, no sul e na capital, Mogadíscio, houve um longo período de disputas entre senhores da guerra, e entre eles e grupos islâmicos pró-Al Qaeda. No litoral, os antigos milicianos e a população descobriram um novo modo de ganhar a vida: a proliferação de grupos piratas. Isso não apenas criou um problema de segurança para o transporte marítimo (inclusive petrolífero) na região, como acabou com a prática de algumas empresas de países industrializados de jogar lixo tóxico nas desguarneckidas praias da Somália, pois o custo de armazenamento de tais produtos é bastante elevado.

Por outro lado, as intervenções etíope e queniana, com mandatos internacionais, não resolveram o problema, que se regionalizou. Atentados perpetrados por grupos terroristas islâmicos estão causando enormes danos no Quênia, e a Somália segue sendo um país sem Estado, que alberga grupos terroristas islâmicos locais e internacionais.



## 2. A GUERRA ANTITERRORISTA: O Islã combatente<sup>4</sup>

### 2.1. AS ORIGENS DO ISLÃ MILITANTE E O 11 DE SETEMBRO

Na manhã de 11 de setembro de 2001, aviões de linhas aéreas domésticas americanas foram jogados contra as torres do World Trade Center em Nova Iorque e contra o Pentágono em Washington, enquanto um quarto, que provavelmente visava à Casa Branca, era abatido. O mais fantástico atentado terrorista da história atingia pela primeira vez o território metropolitano americano, golpeando os maiores símbolos do poder financeiro e militar dos Estados Unidos (e do Ocidente). As evidências da responsabilidade do mega-atentado terrorista apontavam para a organização Al-Qaeda, liderada pelo saudita Bin Laden, e para o regime Talibã do Afeganistão, que lhe dava abrigo. Apoiando-se na comoção mundial e definindo que “quem não está conosco está contra nós”, Bush desencadeou a Guerra Global ao Terrorismo.

Os movimentos islâmicos, à primeira vista, parecem ser aqueles que desafiam o Estado moderno e que são transnacionais em termos de ideologia e organização. De fato, sua ideologia rejeita os Estados modernos por vê-los como uma imposição ocidental e colonial e

<sup>4</sup> Com a Colaboração de Willian Roberto.